

Anuário Estatístico de Portugal
2006

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE PORTUGAL

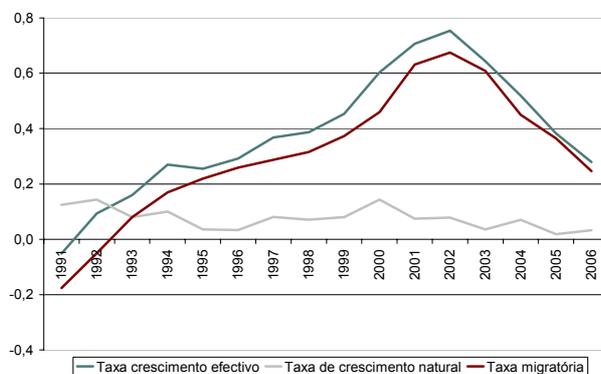
O Instituto Nacional de Estatística divulga o **ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE PORTUGAL 2006** contendo informação sobre O Território, As Pessoas, A Actividade Económica e O Estado, uma breve análise da evolução dos principais indicadores face a 2005 bem como comparações com a União Europeia.

Enquadramento populacional

Em 2006 mantiveram-se as tendências anteriores de evolução, algumas das quais já existentes desde a década anterior. A população residente tem aumentado, mas a uma taxa cada vez menor, resultando esse aumento principalmente da taxa de crescimento migratório. Em 2006, a população residente em Portugal estimava-se em 10.599.095 indivíduos, mais 29.503 do que no ano anterior, traduzindo um crescimento de 0,28%. Esta variação insere-se numa tendência de abrandamento iniciada após 2002, ano em que se atingiu um crescimento máximo de 0,75%. A importância relativa do saldo migratório torna-se perceptível tomando a média das taxas de crescimento anual da população entre 1990 e 2006, que se situou em 0,38%, e comparando-a com as suas componentes, a média das taxas de crescimento natural, na ordem de 0,08%, e a média das taxas migratórias, de cerca de 0,31% (Gráfico 1).

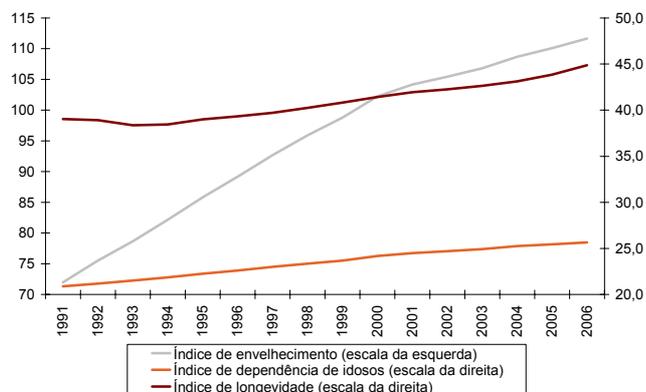
O abrandamento do crescimento está associado quer ao abrandamento tendencial da taxa de crescimento natural, quer à desaceleração do crescimento migratório. Enquanto no primeiro caso o perfil é algo irregular, mas com tendência descendente desde 2000, no segundo caso, a trajectória de abrandamento iniciou-se em 2003, continuou até 2006 e foi bastante mais intensa.

Gráfico 1 – Dinâmica de crescimento da População. Taxas de crescimento anual (%)



Por outro lado, regista-se um envelhecimento progressivo da população, em consequência da diminuição da fecundidade e do aumento da longevidade (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Efeitos da estrutura etária



A estas tendências da população estão associados mudanças de comportamentos sociais (certamente relacionados com constrangimentos económicos e com

mudanças de padrões comportamentais), evidenciadas por um conjunto de indicadores. Não só o número de novos casamentos tende a diminuir, como, por outro lado, o número de divórcios revela uma evolução em sentido contrário. Note-se que o número de casamentos católicos celebrados tem acompanhado, e até com evoluções mais intensas, a tendência dos casamentos celebrados (Gráfico 3). Por outro lado, aumentou a média das idades quer das mulheres quer dos homens à data do primeiro casamento, verificando-se também um aumento da média das idades das mulheres ao nascimento do primeiro filho (Gráfico 4). Por seu turno, o número de nascimentos fora do casamento aumentou, tendo diminuído a taxa de fecundidade na adolescência (Gráfico 5).

Gráfico 3 – Casamentos e Divórcios

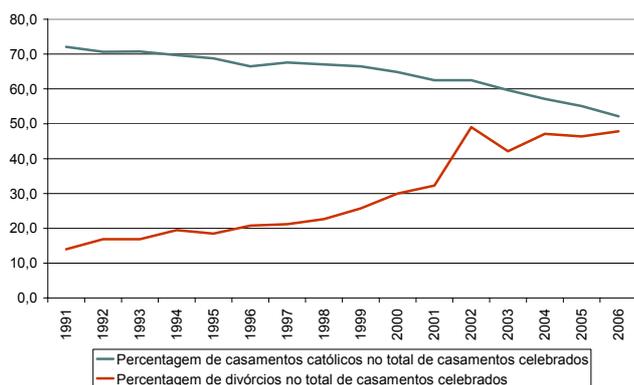


Gráfico 4 – Indicadores de Nupcialidade e de Natalidade

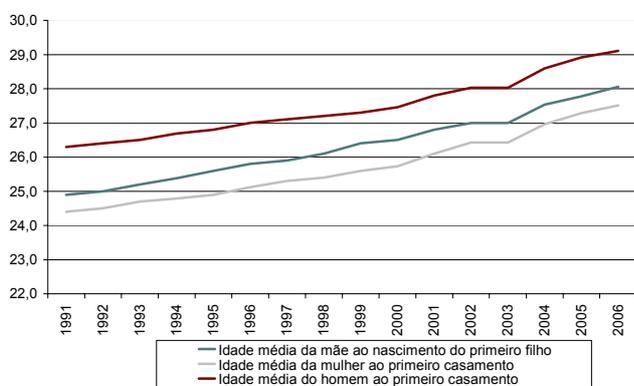
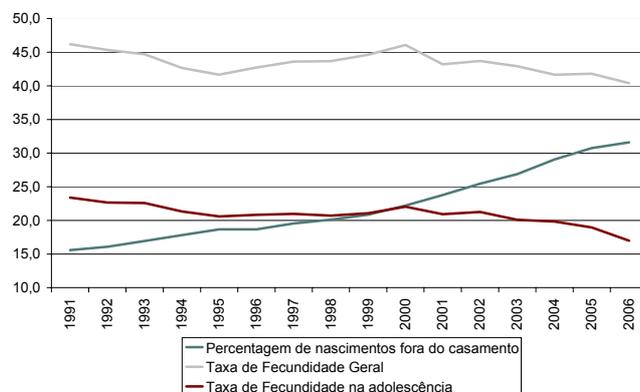


Gráfico 5 – Indicadores de natalidade



Enquadramento socioeconómico

População activa, emprego e desemprego

Em 2006 a taxa de actividade em Portugal aumentou, mantendo-se a tendência da série iniciada em 1998 (Gráfico 6). Para a referida tendência contribuíram o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, possivelmente o adiamento progressivo da idade da reforma, bem como a dinâmica dos fluxos imigratórios. Em consequência, a composição da população activa também se foi alterando, ficando mais envelhecida e com uma maior proporção de mulheres (Gráfico 7). Aumentou também o seu grau de qualificação, a avaliar pelos níveis de escolaridade (Gráfico 8).

Gráfico 6 – Taxas de actividade (%)

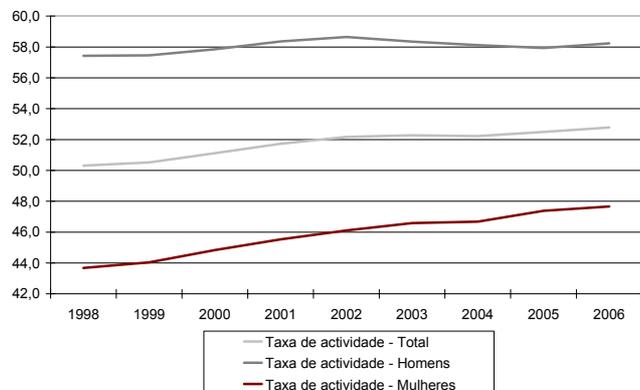


Gráfico 7 – Indicadores da composição da População Activa

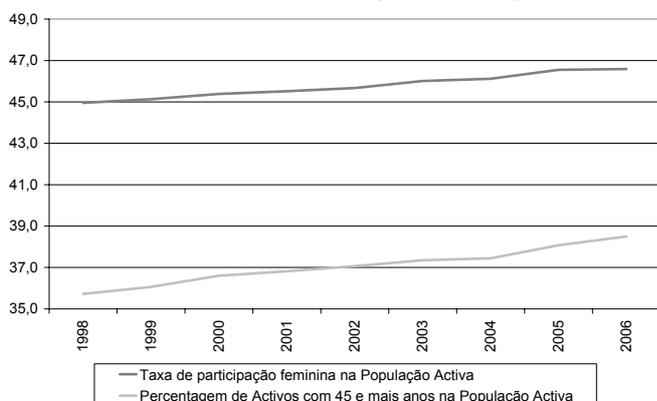
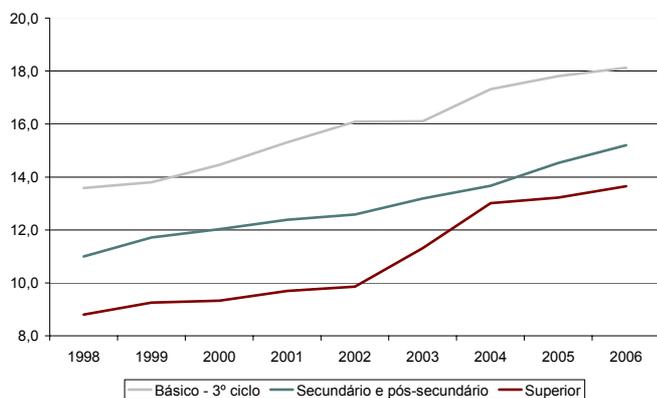


Gráfico 8 – População Activa (%) segundo níveis de escolaridade completa



O emprego aumentou em 2006, contrariando o período de quebra e relativa estagnação iniciado em 2003, que se seguiu a uma fase relativamente pujante de crescimento do emprego (1998 a 2001). Analisando a evolução em 2006 de acordo com a situação perante a profissão, verifica-se que o aumento resultou de um acréscimo no número de trabalhadores por conta de outrem (dos quais quase 69,0% com contrato a termo) combinado com uma diminuição do emprego dos trabalhadores por conta própria (Gráfico 9 e Gráfico 10). Comparando 2006 com 1998, constata-se um acréscimo da população empregada em 315,7 mil indivíduos, 93,0% do qual até 2002, a que correspondeu um aumento quase contínuo (a excepção foi em 2003) de postos de trabalho assalariado e uma diminuição das outras formas de emprego. A informação disponível até 2005

sugere que esta criação de emprego se deu sobretudo nas pequenas e médias empresas.

Gráfico 9 – Taxas de variação anual (%) do Emprego

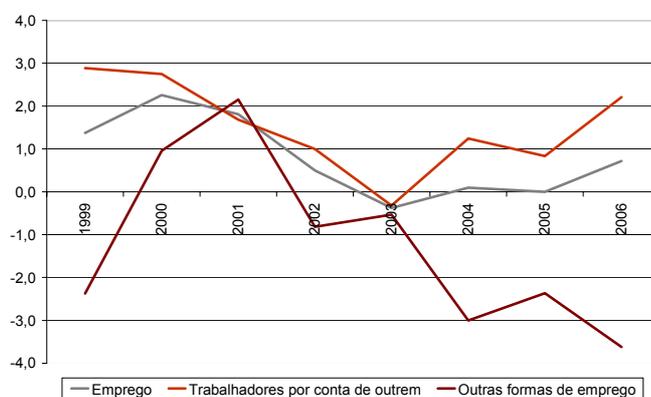
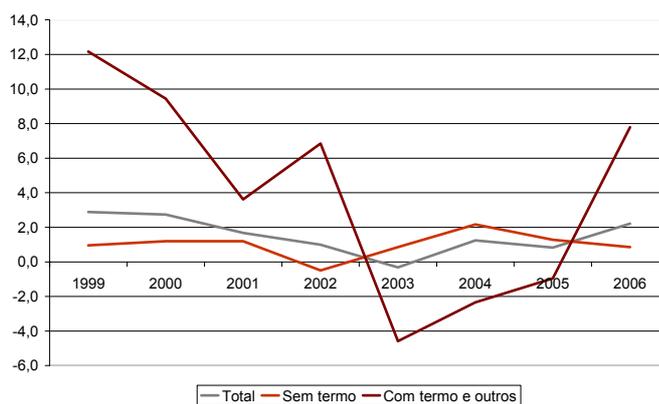


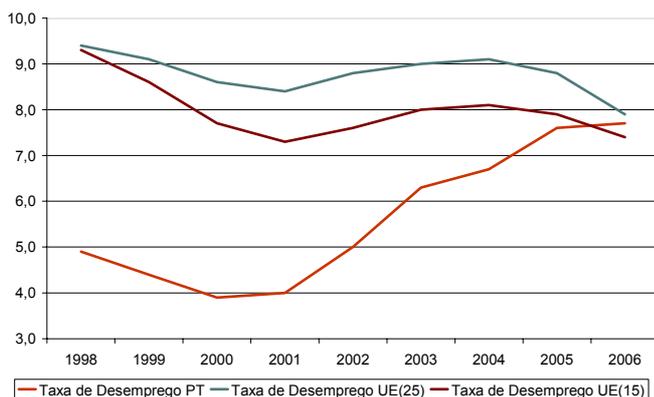
Gráfico 10 – Taxas de variação anual (%) do Emprego por conta de outrem segundo o tipo de contrato



O desemprego continuou a aumentar em 2006, seguindo a tendência em variações anuais que se desenvolvera a partir de 2001, e que se intensificara fortemente nos dois anos seguintes, atenuando-se posteriormente de 2004 a 2006. Porém, o efeito acumulado traduziu-se num nível de desemprego na ordem de 427,8 mil indivíduos em 2006, a que correspondeu a taxa de desemprego de 7,7%, a mais elevada até então. A taxa de desemprego em Portugal aproximou-se progressivamente da média europeia, deslocando-se de um ponto em que representava cerca de metade da média União Europeia (a 15 ou 25 Estados-membros), em 1998, para um nível muito próximo da média da UE(25) e superior ao da média UE(15) (Gráfico 11).

Adicionalmente, refira-se que este aumento tem implícito um aumento no desemprego de longa duração, que passou a representar mais de metade do total de desemprego.

Gráfico 11 – Taxas de Desemprego em Portugal UE15 e UE25



Educação

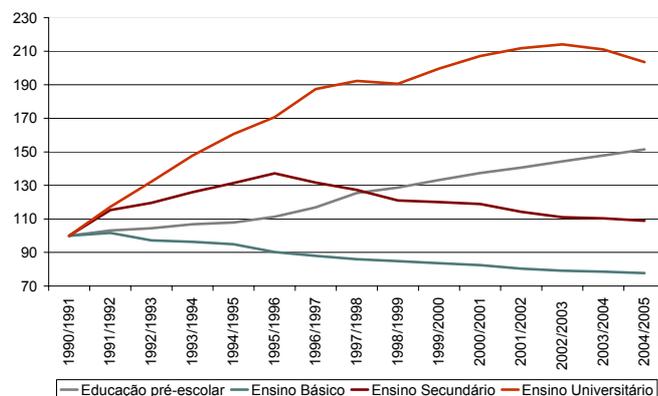
A evolução da estrutura escolar dos últimos anos é marcada por três principais factores: em primeiro lugar, pelo efeito da Lei de Bases do Sistema Educativo, publicada em 1986, que regulamentou a escolaridade básica obrigatória de nove anos, tendo impactos faseados ao longo da década de 90; em segundo lugar, pela diminuição da taxa de crescimento natural da população; e, em terceiro lugar, pelo esforço de extensão da educação pré-escolar, de frequência não obrigatória e pelo reforço do ensino pós-secundário e superior.

Tendo a extensão do ensino obrigatório um efeito transitório, ao contrário da diminuição da taxa de crescimento natural, cujo efeito é duradouro, verificou-se ao longo da década de 90, e acentuou-se na actual década, uma diminuição da população escolar, primeiro no ensino básico e depois no ensino secundário. Assim, em 2004/05 o número de alunos matriculados no ensino básico era menor do que no ano de 1990/91. No ensino secundário a tendência foi no mesmo sentido mas com a diferença de que em 2004/05 o número de alunos matriculados era ainda superior ao de 1990/91. A evolução no ensino univer-

sitário foi semelhante à do ensino secundário, embora com fases diferentes e com intensidades diferenciadas. Por um lado, foi muito mais intensa a expansão face ao início da década de 90, por outro lado, a tendência de diminuição iniciou-se mais tarde e tem sido de menor intensidade (Gráfico 12).

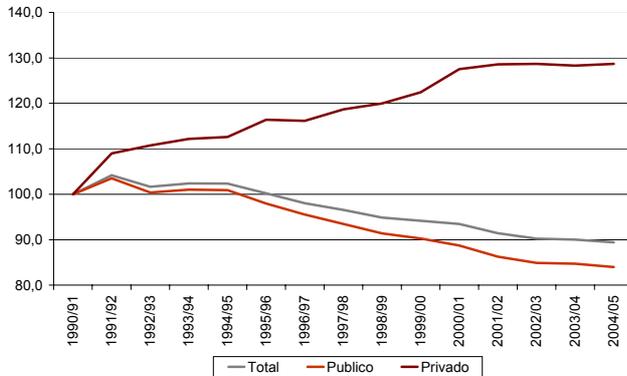
Sublinhe-se ainda a importância crescente do ensino privado (Gráfico 13), em especial no ensino não universitário. Com efeito, apenas no 1º ciclo da escolaridade básica se verificaram tendências semelhantes às acima descritas, e determinadas pelo ensino público. Nos restantes níveis do ensino não universitário registaram-se aumentos face ao ano lectivo de 1990/91, e apenas mais recentemente se assistiu a um declínio de número de inscritos.

Gráfico 12 – Índices da população escolar por tipo de ensino (1990/1991 = 100)



No ensino pré-escolar o número de inscritos em 2004/05 aumentou mais de 50% face 1990/91, sendo de notar que a tendência se mantém ascendente, com especial destaque para o ensino público que desde 2001/02 ultrapassou o privado. No ensino pós-secundário, tanto público como privado, as evoluções desde 2002/03 têm sido muito positivas, sendo este o único caso em que o número de matriculados no ensino privado é mais elevado do que no público. Note-se, porém, que este segmento é de reduzida dimensão face aos segmentos adjacentes (secundário e universitário).

Gráfico 13 – Índices da população escolar segundo a natureza institucional dos estabelecimentos de ensino (1990/1991=100)



Analisando o desempenho dos alunos do ensino universitário entre 2000/01 e 2005/06, verifica-se que aumentou o número de diplomados, seja em termos absolutos (61,1 mil contra 71,8 mil) seja relativamente ao número de inscritos (15,8% contra 19,6%). Por outro lado, refira-se a alteração das preferências manifestadas, de um período para o outro. Sublinhem-se as diminuições nas proporções de diplomados nas áreas de Formação de Professores/Formadores e Ciências da Educação e Ciências Empresariais. Em contrapartida, verificaram-se aumentos nas áreas da Saúde e das Ciências Sociais e de Comportamento, mas também nas de Engenharia e Técnicas Afins, Artes e Serviços Sociais.

Saúde

A informação disponível aponta para um aumento dos recursos humanos na área da saúde, para uma diminuição genérica da capacidade da oferta instalada, ainda que com aumentos em segmentos mais especializados, e para uma maior intensidade de aproveitamento dos recursos disponíveis.

Analisando a componente de recursos humanos disponíveis, verifica-se que em 2005 havia 3,4 médicos por mil habitantes, mantendo-se a tendência de melhoria deste rácio (Gráfico 14). Igual perfil se regista no indicador que relaciona o número de enfermeiros com a população residente, sendo este até mais pronunciado. Na diferenciação da classe médica em Anuário Estatístico de Portugal 2006 – Edição 2008

duas grandes categorias, não-especialistas e especialistas, verifica-se que no início da década de 90 havia um especialista por cada dois não-especialistas, enquanto a meio da actual década a relação se inverteu. Esta alteração resultou do elevado crescimento de especialistas, a uma taxa média anual superior a 7,0%, combinado com uma quebra nos não-especialistas face a 1990 (se bem que neste último caso se registre uma ténue tendência de aumento a partir de 1998) (Gráfico 15).

Gráfico 14 – Indicadores de capacidade e de utilização do serviço de saúde

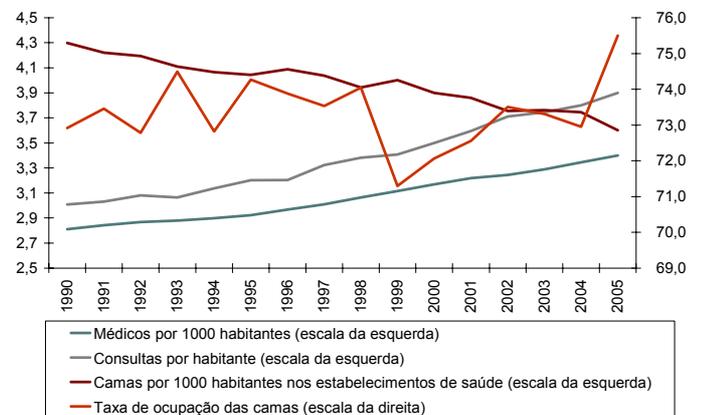
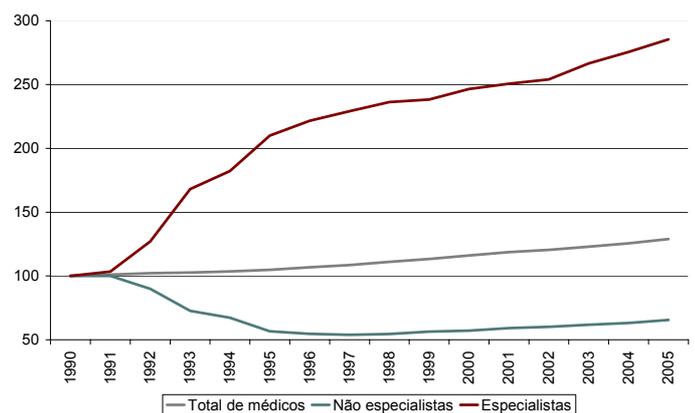


Gráfico 15 – Índices de médicos segundo a categoria (1990=100)



No que se refere aos serviços prestados, há uma tendência geral para o aumento destes serviços no período que vai de 1990 a 2005, não tendo ocorrido um aumento da capacidade física (número de camas e de hospitais e centros de saúde, muito embora se note um ténue aumento do número de salas de operação), a

avaliar pelos indicadores disponíveis. O número de grandes e médias intervenções cirúrgicas por dia aumentou de forma sistemática desde o início da década de 90, apenas com a interrupção de 2005. Por outro lado, o número de consultas externas nos hospitais mantém também uma tendência de aumento, com uma taxa de crescimento em média anual superior a 5,0%, e o mesmo se verifica nos centros de saúde, embora com menor intensidade. Em resultado do permanente aumento do número de consultas médicas nos hospitais e centros de saúde, o número de consultas por habitante passou de 3,0 em 1990 para 3,9 em 2005. Relativamente à capacidade de internamento, o número de camas nos hospitais (lotação praticada) era de 37330 em 2005, o que traduz uma diminuição 2360 face a 1990, tendo ocorrido também uma diminuição no número de centros de saúde. Estas tendências reflectiram-se no crescimento dos indicadores disponíveis relativos ao grau de utilização de equipamentos (Gráfico 14).

No âmbito dos indicadores de saúde relacionados com a mortalidade, a taxa de mortalidade infantil (óbitos com menos de 1 ano por mil nados-vivos) voltou a diminuir em 2005, apresentando Portugal a quinta mais baixa taxa de mortalidade infantil no contexto da União Europeia. Quanto às principais causas de morte em Portugal, verifica-se que a mortalidade por doenças do aparelho circulatório foi a que apresentou maior incidência em 2005, mas o número de óbitos por mil habitantes tende a diminuir. Na segunda principal causa de morte, por tumores malignos, a tendência é de aumento.

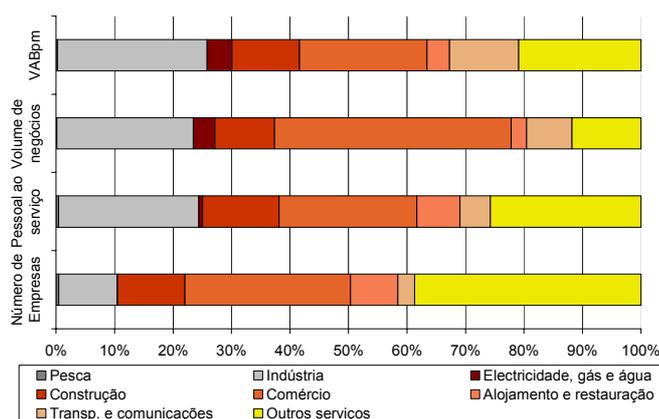
Actividade Económica

Empresas

Na estrutura empresarial predomina a área dos serviços, quer se tenha em consideração o número de empresas, o número de pessoas ao serviço ou o volume de negócios. Segundo dados referentes a 2005, 78,0% das empresas pertenciam a este sector, representando 61,9% do número de pessoas ao ser-

viço e 62,7% do volume de negócios. Intra-área verificam-se distribuições diferenciadas consoante a escolha da variável de referência. Em termos de número de empresas, e também de pessoas ao serviço, o sector de "Outros Serviços" (Actividades Financeiras, imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas, bem como serviços de educação e saúde) era maioritário. Porém, em termos de volume de negócios o sector do comércio dominava largamente. A indústria ocupava uma posição intermédia no conjunto dos sectores, quando se considera o número de empresas, mas posicionava-se em primeiro plano em termos quer de emprego quer de VABpm (Gráfico 16).

Gráfico 16 – Estrutura empresarial



Na generalidade dos sectores predominam as empresas de pequena dimensão, sendo de 3,5 pessoas ao serviço a média para o conjunto das empresas. A excepção encontra-se na Electricidade, Gás e Água, com uma dimensão média de quase 35 pessoas ao serviço. A menor dimensão (2,3 pessoas ao serviço) situa-se no sector de "Outros serviços", logo seguido do Comércio e do Alojamento e Restauração. A indústria tem a dimensão média mais elevada, de 8,4 pessoas ao serviço (Gráfico 17).

Gráfico 17 – Dimensão média por Pessoal ao serviço

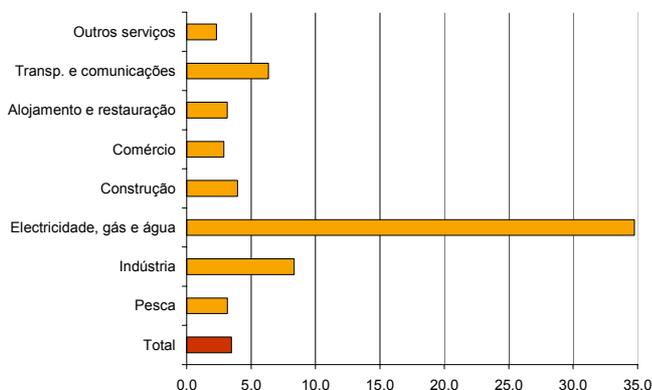
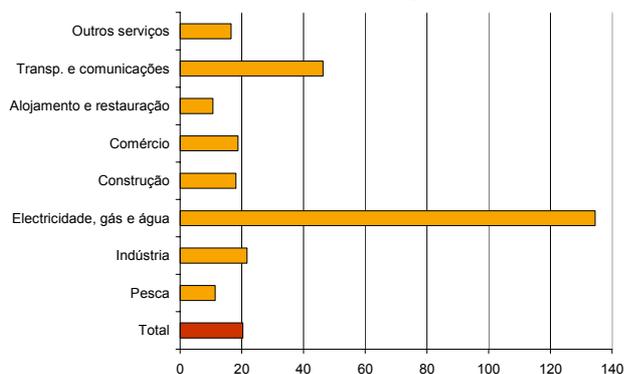


Gráfico 18 – VABpm por Pessoal ao serviço (milhares de euros)



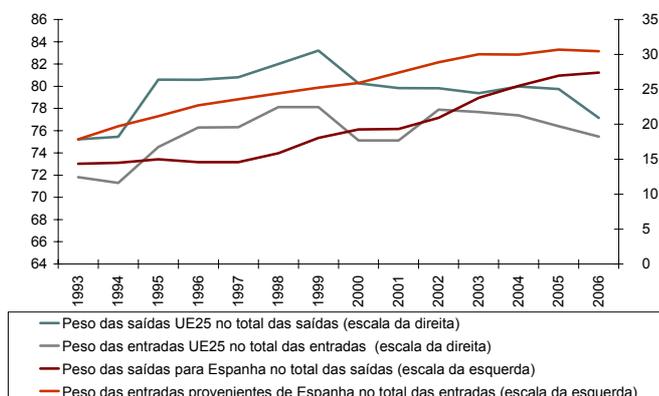
Os dados mais recentes sobre a Sociedade da Informação revelam, em termos gerais, duas tendências diferentes no universo das empresas. Por um lado, uma relativa saturação no plano da oferta deste tipo de serviços, evidenciada por uma estagnação ou mesmo diminuição em alguns indicadores sobre o número e a actividade das empresas do sector das Tecnologias de Informação e da Comunicação (TIC) no universo do tecido empresarial português. Com efeito, o peso das empresas do sector das TIC relativamente ao total do tecido empresarial tem-se reduzido face a 2002, em termos do número, do volume de negócios e do volume de emprego. Em contrapartida, a utilização das TIC pelas empresas mostra uma tendência favorável. Com dados referentes a 2006 revelam incremento da utilização das TIC face a 2003, medida através de indicadores referentes à utilização de computador (cobertura quase plena), à ligação à Internet (aumento para mais de 83,0%), à posse de *website*, à utilização de correio electrónico (aumento Anuário Estatístico de Portugal 2006 – Edição 2008

para quase 84,0%) e ao número de empresas que efectuaram ou receberam encomendas por este meio (aumento para 14,4%).

Comércio Internacional

A maior parte das trocas comerciais nacionais com o exterior efectuam-se com os parceiros da União Europeia (UE25), registando-se, contudo, nos últimos anos uma tendência para uma maior diversificação. A informação disponível referente a 2006 indica que o peso das saídas para países da EU, registou uma redução de 2,8 p.p. face a 2004, passando para 77,2%, enquanto que o peso das entradas com aquela origem se reduziu em 1,9 p.p., passando para 75,5% (Gráfico 19). Por países, e do lado das exportações os principais parceiros foram a Espanha, a Alemanha, a França, o Reino Unido e os Estados Unidos, que conjuntamente concentraram cerca de 66,0 % do valor total exportado. Nas importações, os principais países fornecedores foram a Espanha, a Alemanha, a França, a Itália e os Países Baixos, que representaram 63,0% do valor total importado. A Espanha é o principal parceiro comercial, representando 27,4% e 30,5%, nas exportações e nas importações, respectivamente. Em ambos os fluxos se nota uma tendência para o reforço destas posições.

Gráfico 19 – Indicadores de Comércio Internacional (%)



Em 2006, cerca de 33,0% do valor das exportações correspondeu a bens intermédios, seguindo-se com cerca de 27,0% os bens de consumo (produtos alimentares e bebidas e bens de consumo não especificados

noutras categorias). O material de transporte representou 18,5% do valor total exportado e as máquinas e outros bens de capital corresponderam a 16,0%.

Do lado das importações e para além dos bens intermédios, que representaram quase 28,0%, a estrutura foi mais uniforme, variando entre 10,5% nos bens alimentares e bebidas e 18% nas máquinas.

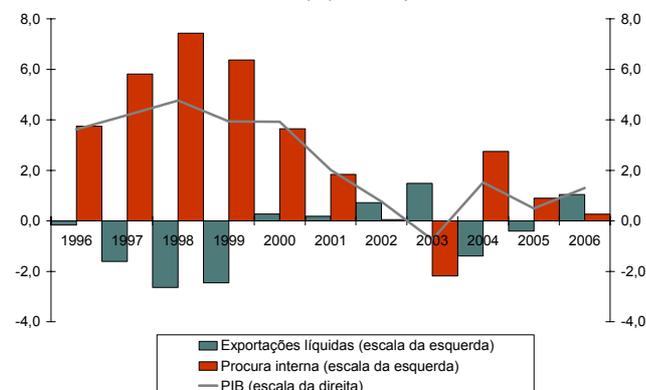
Contas Nacionais

Em 2006 o PIB cresceu 1,3% em volume, o que representou uma aceleração face ao acréscimo registado no ano precedente. Esta evolução do PIB (superior à média 2001/2005), beneficiou do dinamismo da procura externa em termos líquidos (Gráfico 20). Com efeito, embora tenha ocorrido uma aceleração no crescimento das importações, o dinamismo das exportações foi mais intenso, permitindo que o contributo líquido tivesse sido decisivo para a aceleração do crescimento global da economia.

Por seu turno, a procura interna desacelerou intensamente devido às despesas de consumo final, cujo crescimento abrandou no caso das famílias e diminuiu no caso das Administrações Públicas. A Formação Bruta de Capital apresentou uma evolução menos negativa, devido ao forte crescimento do investimento em material de transporte e, em menor grau, das máquinas e equipamentos.

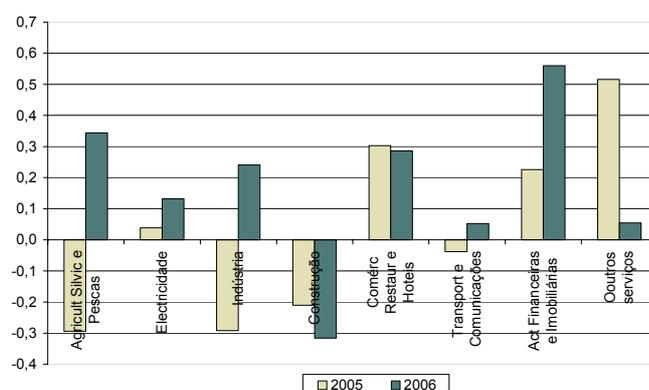
As necessidades líquidas de financiamento, que se vinham a reduzir-se desde 2000 (9,0% do PIB) voltaram a aumentar em 2006 face a 2005, situando-se em 8,8%. Todavia, este aumento resultou do agravamento do saldo de rendimentos com o Resto do Mundo e da redução do saldo das transferências externas, e não de um agravamento do saldo da balança de bens e serviços.

Gráfico 20 – Contributos da despesa (p.p.) para o crescimento em volume (%) do PIBpm



Do lado da oferta, há a realçar o contributo do VAB da indústria para a aceleração da actividade em 2006, associado ao elevado crescimento das exportações, sendo de referir também o contributo dos serviços das Actividades Financeiras, Imobiliários, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas (Gráfico 21). Numa perspectiva mais estrutural, é de sublinhar que ao longo da última década o VAB do sector dos Serviços apresentou um crescimento médio superior ao do VAB da Indústria e da Agricultura, verificando-se, simultaneamente, um aumento do preço relativo dos serviços, quer por efeito de uma elasticidade rendimento relativamente mais elevada, quer por estes se encontrarem menos sujeitos à concorrência externa. O efeito volume e o efeito preço, daí resultantes, traduziram-se num aumento da importância relativa dos serviços, em detrimento da indústria e da agricultura.

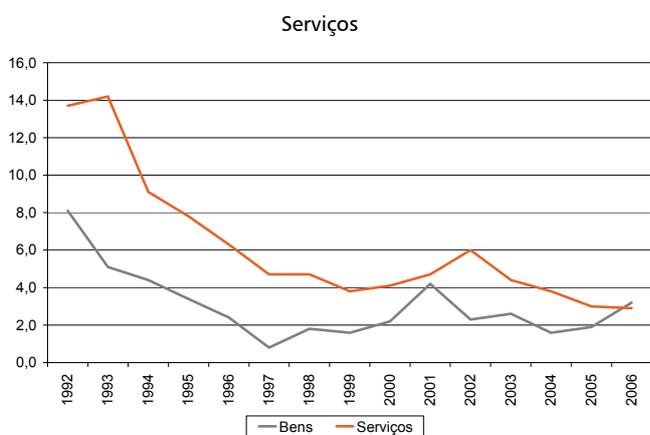
Gráfico 21 – Contributos dos sectores de actividade (p.p.) para o crescimento em volume (%) do PIBpm



Preços

Em 2006 registou-se uma aceleração dos preços no consumidor (IPC) face ao ano anterior, sendo ainda de assinalar que, pela primeira vez desde 1992, a componente “bens” registou um crescimento superior ao da componente “serviços” (Gráfico 22). Os dois factos referidos têm causas externas e internas.

Gráfico 22 – Taxas de crescimento anual (%) dos preços dos Bens e



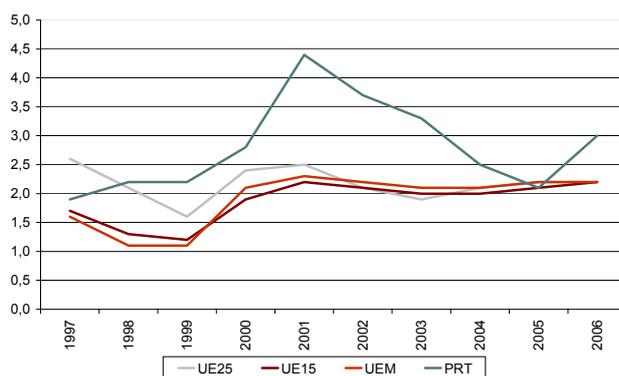
No que se refere à aceleração do IPC, há a destacar, na vertente externa, a intensificação do crescimento dos preços das importações, em particular do preço do petróleo e da generalidade das matérias-primas e, no plano interno, a aceleração dos preços dos produtos agrícolas e dos produtos industriais. Refira-se ainda o impacto da alteração da taxa do IVA, que ocorreu no início do segundo semestre de 2005, sobre o crescimento médio dos preços.

Os crescimentos mais intensos ocorreram nos preços dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, do tabaco e bebidas alcoólicas, do vestuário e calçado, da saúde e dos bens e serviços diversos. O crescimento dos preços das restantes classes abrandou ou foi mesmo negativo, como no caso da classe de comunicações. A pressão sobre os preços dos serviços deverá ter sido limitada pelo crescimento menos intenso da procura interna.

A aceleração dos preços no consumidor em 2006 transmitiu-se ao Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), cujo crescimento se acentuou.

Dada a estabilização do crescimento do IHPC da zona do Euro, Portugal voltou a registar um diferencial positivo de inflação (Gráfico 23).

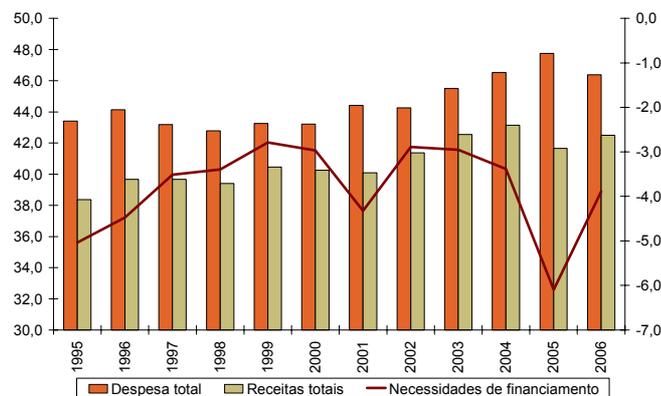
Gráfico 23 – Taxas de inflação anual (%) na UE25, UE15, UEM e Portugal



Administrações Públicas

Em 2006 as necessidades de financiamento das Administrações Públicas (AP) representaram 3,9% do PIB, o que traduz uma redução de 2,2 p.p. relativamente ao que se verificara em 2005. Esta redução deveu-se à combinação de um aumento das receitas, em 0,8 p.p., com uma diminuição das despesas em 1,4 p.p. (Gráfico 24).

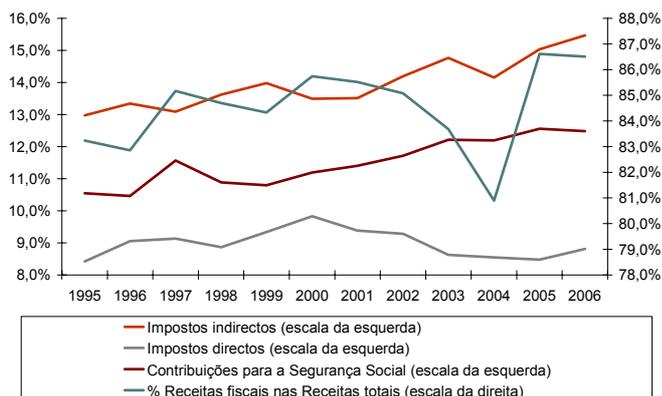
Gráfico 24 – Receitas, Despesas e Necessidades de financiamento das Administrações Públicas (% do PIBpm)



Ao aumento das receitas das AP tem correspondido, desde 1995, uma tendência (ainda que irregular) de aumento da carga fiscal (Gráfico 25). Do lado da despesa das AP assinala-se a redução do peso das despesas

correntes em percentagem do PIB pela primeira vez desde 1998, e também a redução (ainda mais acentuada) da despesa primária.

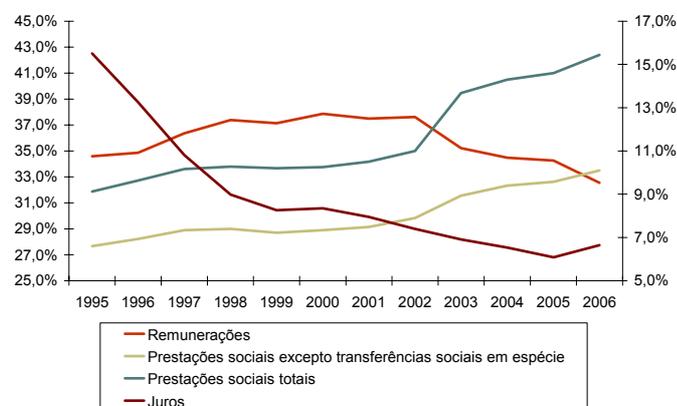
Gráfico 25 – Carga fiscal (% do PIBpm) por tipo de receita fiscal e peso das Receitas fiscais no total de Receitas



Nas despesas correntes, destacam-se as remunerações e as prestações sociais, cuja evolução se explica pela contenção que se regista desde 2002 expressa nas restrições à contratação de pessoal na AP, nas

limitações nas reclassificações das carreiras e nas alterações na composição do sector das AP. Em contrapartida, a tendência crescente das transferências sociais em espécie explica-se por razões conjunturais, associadas a um aumento do desemprego e por razões estruturais, ligadas ao envelhecimento e maior longevidade da população (Gráfico 26).

Gráfico 26 – Peso das remunerações, dos juros e das prestações sociais no total da Despesa corrente



Anuário Estatístico de Portugal 2006. Informação disponível até 30 de Setembro de 2007.